

Área 4 - Desenvolvimento Econômico e Instituições

A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO DA POBREZA E A VISÃO DA ECONOMIA COMPORTAMENTAL

Ohanna Larissa Fraga Pereira¹

Thiago Matheus de Paula Sousa²

Caroline Lucion Puchale³

Nayara Felix Teixeira⁴

Resumo

O estudo do pensamento científico e analítico da pobreza passou por uma evolução do decorrer do tempo. Nesse sentido, este artigo propõe-se a fornecer uma interpretação das principais abordagens utilizada na evolução do estudo desse fenômeno, partindo de suas primeiras conceituações e formas de mensurações dos primórdios do capitalismo, até chegar à visão contemporânea econômica comportamental da pobreza do início do século 21. Por conseguinte, este trabalho evidencia a essência das principais abordagens desde a Revolução industrial, quando a pobreza era unidimensional e mensurada apenas pelos níveis de renda, trazendo as perspectivas absoluta e relativa da pobreza; perpassa a abordagem das capacitações de Amartya Sen e de sua visão multidimensional agregadora de múltiplos fatores sociais, econômicos e subjetivos da pobreza humana que tornou-se dominante nesse campo de estudo; e chega até uma nova visão do fenômeno da pobreza humana pelas lentes da abordagem econômica comportamental, que busca explicar a pobreza através de obstáculos internos à mente dos seres humanos. Esta pesquisa também busca entender os principais motivos que levaram a economia comportamental a inserir-se no complexo estudo da pobreza e identificar os meios pelos quais os estudos do comportamento econômico têm adentrado nesse campo.

Palavras-chave: Evolução do Pensamento da Pobreza; Privação de Capacidades; Economia Comportamental da Pobreza.

Classificação JEL: D91; I3; N3.

Abstract

The study of the scientific and analytical thought of poverty has undergone an evolution over time. In this sense, this article proposes to provide an interpretation of the main approaches used in the evolution of the study of this phenomenon, starting from its first conceptualizations and forms of measurements of the beginnings of capitalism, until arriving at the contemporary behavioral economic vision of the poverty of the beginning of the century 21. This paper

¹ Mestranda em Economia e Desenvolvimento na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). ohanna_larissa1@hotmail.com.

² Graduando em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Ceará (UFC). thiagomatheus.rns@gmail.com.

³ Mestranda em Economia e Desenvolvimento na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). carolpuchale@gmail.com.

⁴ Graduanda em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Ceará (UFC). nayaraft1104@gmail.com.

therefore highlights the essence of the main approaches since the Industrial Revolution, when poverty was one-dimensional and measured only by income levels, bringing the absolute and relative perspectives of poverty; pervades Amartya Sen's capacity-building approach and his multidimensional vision that aggregates multiple social, economic, and subjective factors of human poverty that have become dominant in this field of study; and comes to a new vision of the phenomenon of human poverty by the lens of the behavioral economic approach, which seeks to explain poverty through obstacles to the minds of human beings. This research also seeks to understand the main reasons that led the behavioral economy to enter into the complex study of poverty and to identify the means by which economic behavior studies have penetrated this field.

Keywords: Evolution of the Thought of Poverty; Capacities Deprivation; Behavioral Economics of Poverty.

JEL Classification: D91; I3; N3.

INTRODUÇÃO

O estudo teórico e analítico sobre a pobreza passou por uma evolução ao longo do tempo. No início do capitalismo a pobreza era vista como um fenômeno puramente monetário, onde as necessidades dos indivíduos com alto grau de privação eram definidas por suas rendas. Porém, a partir do século XIX, quando a miséria trabalhadora se deflagrou, os dirigentes e administradores públicos, buscaram compreender as causas e dimensões advindas desse fenômeno, uma vez que, mesmo estando em um período de grande expansão econômica (consequentemente, maiores níveis de renda) os graus de privação se expandiam a cada período de tempo (MESTRUM, 2002).

Neste sentido, Codes (2008) afirma que em meados do século XX os estudiosos começaram a perceber o início da chamada “evolução das concepções de pobreza”, destacando-se quatro perspectivas: a pobreza de subsistência, de necessidades básicas, a pobreza como privação relativa e, finalmente, a da pobreza como privação de capacitações. A pobreza de subsistência, está inteiramente relacionada às questões de sobrevivência física, ou seja, a falta de nutrição necessária para manter um mínimo vital. O conceito das necessidades básicas assume um caráter universal, uma vez que se aplica a todas as sociedades, independente da cultura a que pertencem. As necessidades básicas estão relacionadas com a pobreza de consumo privado (necessidades de alimentação, vestuário e residência) e de serviços essenciais como saneamento básico, acesso à água potável, instituições de saúde e de educação, entre outros.

A pobreza como privação relativa refere-se à situação em que o indivíduo não detém de recursos e condições de vida para incluir-se no meio social no qual convive, seja para ter relacionamentos ou seguir o padrão de vida do restante da sua comunidade. Por fim, a pobreza como privação de capacitações, que é definida por uma visão de privação de multifatores, exibe um conjunto mais amplo e completo de vertentes, pois além de incluir critérios econômicos, sociais e demográficos, também abrange indicadores políticos e culturais, sendo, por conseguinte, mais realista no que diz respeito à observação do bem-estar social. Portanto, o que se nota é que o estudo evolui de medidas unidimensionais, focadas na definição de linhas de pobreza monetárias, para as medidas multidimensionais que incluem outras dimensões de vida como, saúde, educação, saneamento e etc., também relevantes para a conceptualização de pobreza.

Nesse sentido, o campo de estudo que vem ganhando destaque nas discussões e mensurações da dita pobreza multidimensional é a economia comportamental da pobreza. Tal área busca lançar luz sobre o estudo da pobreza e do desenvolvimento valendo-se de insights comportamentais que agregam melhores explicações sobre estes fenômeno através do comportamento dos agentes. Os economistas comportamentais, ao estudar a pobreza e a suas consequências na economia, têm verificado que a circunstância de vida das pessoas pobres pode ocasionar obstáculos psicológicos e, assim, influenciar suas tomadas de decisões, dificultando a saída da pobreza, ou até mesmo reforçando-a (MULLAINATHAN; SHAFIR, 2016). Neste caso, tal literatura acredita que indivíduos pobres agem de maneira antagônica à intensão de superar a condição de privação, ou seja, existem diversos desafios em suas tomadas de decisão que fazem com que os agentes não consigam ter lucidez em suas escolhas.

Desta forma, este estudo propõe-se a fornecer uma interpretação das principais abordagens utilizadas na evolução do pensamento científico sobre a pobreza, desde suas primeiras conceituações e formas de mensurações até a visão econômica comportamental da pobreza que surgiu nas últimas décadas. Para além de uma investigação histórica profunda e detalhista, este artigo busca explicar os motivos que levaram a economia comportamental a inserir-se no complexo estudo da pobreza. Ademais, busca-se identificar os meios pelos quais os estudos do comportamento econômico têm adentrado nesse campo.

Para tanto, delineou-se uma trajetória do pensamento científico sobre a pobreza em três seções que apresentam as diferentes abordagens desse fenômeno no decorrer do tempo. A primeira seção apresenta as abordagens absoluta e relativa da pobreza, a segunda seção trata da abordagem das capacitações de Amartya Sen e a terceira seção traz a abordagem da economia

comportamental para o tema. A quarta seção traz o argumento geral sobre a evolução do conceito de pobreza.

DESENVOLVIMENTO

1. Os primórdios do conceito de pobreza: as abordagens absoluta e relativa

A pobreza como objeto de estudo passou por uma evolução no decorrer no tempo e tem inspirado várias pesquisas no ramo das ciências econômicas. Desde os primórdios do capitalismo, o fenômeno da pobreza começou a ser discutido e a atrair interesses de governantes e dirigentes a fim de compreender suas causas e dimensões (CODES, 2008). Inicialmente, era visto como um fenômeno unidimensional quantificado apenas pelos níveis de renda. Compartilhando dessa visão, as primeiras políticas sociais desenvolvidas para erradicar a pobreza ocorreram logo no início da Revolução Industrial, onde governantes de pequenas comunidades começaram a desenvolver iniciativas para amenizar as situações de pobreza nessas áreas (MESTRUM, 2002). Entretanto, a realização de pequenas políticas sociais que ocorriam em instituições isoladas se tornaram insuficientes no decorrer do século XIX, mais especificamente durante o período de industrialização. A miséria da classe trabalhadora alcançou tamanha proporção que a discussão sobre as iniciativas e os meios de erradicar a pobreza começou a atrair novos debates, de maneira que a necessidade de uma abordagem em que multi fatores sociais e econômicos fossem agregados em sua mensuração passou a ganhar importância sobre a compreensão do tema até os dias de hoje (MESTRUM, 2002).

Embora seja um tema estudado há um longo tempo, a pobreza ainda é instrumento de controvérsias, uma vez que não existe um consenso entre os estudiosos sobre a análise e conceito científico confirmado (ROMÃO, 1982). De certo modo, Romão (1982), Crespo e Gurovitz (2002), Codes (2008) e Martini (2009), estabelecem a existência de duas noções primordiais da abordagem da pobreza que foram desenvolvidas ao longo do século XX: a absoluta e a relativa.

A abordagem absoluta, encarada como a pobreza material, considera a fixação de padrões mínimos de sobrevivência, de forma que um indivíduo é considerado pobre quando não possui as condições mínimas para manter suas condições físicas (CRESPO; GUROVITZ, 2002). A percepção da pobreza relativa, por sua vez, advém da desigualdade na distribuição de renda, isto é, pobreza seria o estado na qual o indivíduo não possui as mesmas oportunidades e condições econômicas e sociais do restante da sociedade em que está inserido (ROMÃO, 1982).

Crespo e Gurovitz (2002, p.4) reiteram que "o conceito de pobreza relativa é descrito como aquela situação em que o indivíduo, quando comparado a outros, tem menos de algum atributo desejado, seja renda, sejam condições favoráveis de emprego ou poder."

A partir dessas duas abordagens apresentadas acima, três concepções de pobreza foram desenvolvidas ao longo do século XX: a pobreza de subsistência, de necessidades básicas e de privação relativa.

A concepção teórica da pobreza de subsistência teve origem pelos trabalhos de alguns nutricionistas ingleses e predominou até a década de 1950 (CRESPO; GUROVITZ, 2002). De acordo com essa concepção, um indivíduo é considerado pobre quando não possui recursos monetários suficientes para manter um mínimo de alimentos necessários para sua sobrevivência física (CODES, 2008; MARTINI 2009; CRESPO, GUROVITZ, 2002). A fome seria, portanto, um dos aspectos mais evidentes da presença do fenômeno da pobreza no meio social (ROMÃO, 1982). Um exemplo da forma de quantificação desta abordagem são as linhas de indigência.

Entretanto, a concepção de subsistência é ainda insípida para definição de pobreza, uma vez que aborda apenas uma das facetas desse fenômeno. De acordo com Codes (2008), as necessidades humanas para essa concepção seriam apenas físicas, de modo que os indivíduos buscariam apenas a reposição de suas energias. A visão do indivíduo como participante ativo dos círculos sociais como demandante de serviços públicos seria, dessa forma, negligenciada.

A segunda visão de pobreza, como de necessidades básicas, é uma concepção que se apresenta como uma ampliação da abordagem de pobreza de subsistência, pois insere os serviços em múltiplas áreas, como saúde, saneamento básico, educação, água potável, energia elétrica e entre outros recursos requeridos pelas comunidades nas exigências de consumo das famílias (CRESPO e GUROVITZ, 2002). Destarte, o indivíduo não estará sobre a linha de pobreza se, além de possuir renda suficiente para manter-se bem nutrido, também possuir acesso aos serviços de saúde, educação, cultura, condições de moradia e etc., ou seja, um grande número de bens sociais e econômicos (CODES, 2008; MARTINI, 2009; CRESPO; GUROVITZ, 2002). Desta maneira, destaca-se a expansão que essa abordagem oportunizou para o entendimento da pobreza, ultrapassando a ideia de sobrevivência física e agregando outras dimensões.

A trajetória do pensamento sobre o tema tomou um novo rumo a partir de 1980 quando a pobreza passou a ser entendida como privação relativa, dando uma significância mais abrangente ao conceito. Sob a égide desse novo enfoque, a pobreza passa a ser definida em função do contexto social em que o indivíduo se encontra, cuja relação entre privação e renda se modifica ao longo do tempo (CODES, 2008). O parâmetro de comparação transpassa a ideia

de uma linha de pobreza e inicia-se um pensamento que leva em consideração o padrão de vida vigente na sociedade, de modo que, ser pobre significa não ter os meios necessários para agir frente as situações sociais com as quais é confrontado (CRESPO; GUROVITZ, 2008).

Portanto, nessa concepção, entende-se como pobres aquelas pessoas que não podem obter um nível de recursos e condições adequado, como alimentação e serviços básicos, que lhe permitam desenvolver seus papéis e comportamento socialmente esperados (MARTINI, 2009). Ademais, observa-se que a concepção de privações relativas pode ser encaixada em diferentes esferas sociais, e não somente econômica.

A literatura acerca da pobreza demonstra, por conseguinte, que esse fenômeno não está desassociado da cidadania, pois, ser pobre “explicita justamente iniquidade inscrita na trama social” (CODES, 2008, p. 16). O avanço da investigação científica sobre o tema recai sobre a compreensão desse fenômeno como uma questão que ultrapassa o âmbito puramente econômico para ser visto como um problema de esfera social e a sua relatividade decorre, sobretudo, da preocupação das desigualdades sociais.

O novo enfoque deslocado da visão absoluta para uma visão relativa, embora os avanços em sua compreensão e na abrangência de sua abordagem, apresenta outras dificuldades em sua utilização, uma vez que passa a ser necessário “definir a extensão e a severidade da não participação das pessoas que sofrem privação de recursos” (CRESPO, GUROVITZ, 2008, p. 5). Apesar disso, o enfoque da privação relativa apresentou um avanço com as contribuições do indiano Amartya Sen que expande a abordagem das necessidades básicas, inserindo a reflexão acerca da pobreza no campo legal, político e social. Além disso, seu trabalho avança no sentido de entender a pobreza como um fenômeno agregador de multifatores, criando uma nova concepção para tal fenômeno que repousa na premissa de pobreza como uma privação de capacidades dos indivíduos.

2. Pobreza como privação de capacidades: uma abordagem multidimensional

A concepção de pobreza como privação de capacitações nasce na ideia de Amartya Sen, o qual busca inserir a pobreza em campos de pensamento que englobam fatores como justiça social e desigualdades. Sua análise busca dar relevância não só a fatores econômicos, como também ao campo legal, político e social, trazendo profundo reconhecimento de sua concepção em vários campos do saber e tornando-se objeto de inúmeras discussões que ultrapassam o universo puramente econômico. A sua abordagem expande o campo das necessidades fundamentais, incorporando diversos aspectos que não pertenciam às demais formulações vistas

anteriormente. Para Crespo e Gurovitz (2002), a conceituação de Sen incorpora variáveis mais amplas que captam privações sofridas em distintas esferas da vida. Portanto, ser pobre na visão de Sen (2013) perpassa a privação material ou da escassez de renda, é sobretudo a privação das chamadas capacidades básicas.

Sen (2013) entende capacidade como uma liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos, ou como a liberdade de ter diferentes estilos de vida. Ele afirma que “isso envolve uma certa concepção da vida como uma combinação de várias atividades e modos de ser. A capacidade reflete a liberdade pessoal de escolher entre vários modos de viver” (SEN, 1993, p.317). O próprio autor exemplifica tal conceito comparando um indivíduo abastado que jejua por vontade própria e um indivíduo pobre que passa fome forçadamente. Em sua concepção, o primeiro indivíduo pode escolher comer bem e ser bem nutrido, diferentemente do segundo, portanto, isso confere ao primeiro agente um “conjunto capacitário” inexistente ao segundo (SEN, 2013). Nesse contexto, o autor interpreta a vida como um conjunto de funcionamentos interligados que consistem em ser e ter, de forma que o fato de o indivíduo ser pobre, advém das privações que ele sofre de funcionamentos elementares como ao acesso à saúde, à educação, à alimentação, ou a realizações mais complexas como participar da vida comunitária, apresentar-se em público sem se envergonhar, ser feliz, e entre outros fatores sociais e civis, os quais atingem a capacidade do indivíduo de obter os recursos pretendidos (alimentares, por exemplo) e dificultam a possibilidade de o agente levar a vida que deseja em sociedade (SALAMA e DESTREMAU, 2001).

Nesse sentido, Codes (2008) afirma que a abordagem das capacitações engloba também as definições de pobreza absoluta e relativa, uma vez que ter privações de renda e mercadorias podem levar a privações também capacitárias. A autora reconhece que a disponibilidade de vários bens e recursos à disposição de um indivíduo não o torna capacitado para obtê-los, pois esse conjunto de bens e recursos está em função de muitos fatores tanto legais como econômicos. Portanto, nessa perspectiva de privação de capacidades básicas, um indivíduo não passa fome e situações de miséria por não ter alimentos e outros bens disponíveis, mas porque ele não tem capacidade de obtê-los.

Sen (2013) reconhece o papel da pobreza monetária em sua teoria, e afirma que não se pode desprezar o fato de que um nível de renda baixo pode ser um dos principais determinantes da pobreza, pois afeta as capacidades do indivíduo. Em sua análise, destaca o nível de renda como um dos determinantes bastante considerado principalmente em países em desenvolvimento. Entretanto, deixa claro que a perspectiva monetária deve ser encarada somente como um instrumento que fortalece a pobreza e não como o verdadeiro motivo que

coloca os indivíduos neste estado. O autor ressalta, por exemplo, que ter rendas iguais não significa igualdade do potencial humano de fazer o que valoriza, indivíduos incapacitados fisicamente não podem realizar os mesmos funcionamentos que uma pessoa com o corpo hábil mesmo que tenham ambos a mesma renda (SEN, 2001). Muito mais do que um agente não possuir renda, pior é não ter oportunidades (de moradia, vestuário, saneamento básico, trabalho, saúde, entre outros) para que possa inteirar sua realidade com dignidade (SEN, 2013). Sen (1993), utiliza o argumento de Aristóteles para defender que a riqueza não é o que os homens buscam, é apenas um meio de obtenção de outros bens, portanto a renda seria um meio e não um fim. Dentro dessa visão, Crespo e Gurovitz (2002) reiteram essa concepção afirmando que:

O que a perspectiva da capacidade faz na análise da pobreza é melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos meios (renda) para os fins que as pessoas têm razão para buscar e para as liberdades de poder alcançar esses fins. Ambas as perspectivas, a noção de pobreza como inadequação de capacidade e a noção de pobreza como baixo nível de renda, estão vinculadas, uma vez que a renda é um meio fundamental na obtenção de capacidade. E, quanto mais capacidades, maior o potencial produtivo de uma pessoa e, conseqüentemente, maior a chance de se obter uma renda mais elevada. Note que uma renda mais elevada não significa necessariamente capacidades maiores. Essa relação, portanto, é importante na eliminação da pobreza de renda (CRESPO & GUROVITZ, 2002, p.6).

Segundo Sen (2013), é perigoso entender a pobreza apenas como privação de renda. Quando se trata de políticas públicas, a visão estritamente monetária da pobreza não pode justificar investimentos públicos em educação, saúde, moradia e etc. como meios de redução da pobreza, pois seria confundir os fins com os meios. Para o autor, a pobreza é entendida como uma privação da vida que o indivíduo de fato pode levar e as liberdades que ele possui. A expansão das capacidades humanas auxilia tanto direta como indiretamente a enriquecer a vida dos indivíduos e a tornar as privações cada vez mais raras e menos crônicas.

Além dessa noção de pobreza estritamente monetária, a abordagem das capacitações de Amartya Sen também se contrapõe à perspectiva utilitarista de valor utilizada frequentemente na teoria tradicional do bem-estar. Essa abordagem relaciona valor somente à utilidade individual, a qual pode ser definida como uma condição mental definidas por prazer, dor, felicidade, satisfação dos desejos e etc. Sen (1993, p.319) afirma que “essa perspectiva subjetiva tem sido extensivamente utilizada, mas pode ser enganosa, pois pode ser incapaz de refletir a real privação de uma pessoa”. Para o autor, ao considerar-se a utilidade medida pelo estado mental do indivíduo, uma pessoa indigente que vive na miséria pode não estar mal caso verifique-se que tal agente admite a situação em que vive com resignação e silêncio. O autor alerta para o fato de que quando as pessoas passam por longos períodos de situações de

privação, elas buscam capturar o prazer das pequenas coisas, reduzindo, muitas vezes, seus desejos a proporções mais modestas e realistas, deixando de persistir em queixas frequentes. Dessa forma, a privação desses indivíduos não pode ser capturada por escalas de condição mental como o prazer, a dor, a auto realização e etc., mesmo que eles vivam em condições inadequadas de alimentação, educação, saúde e entre outros fatores. Essa questão pode, inclusive, ter influência no campo das políticas públicas, uma vez que a acomodação dos entes públicos diante de profundas privações e vulnerabilidades sociais, pode surgir baseada na ausência de demandas públicas e reivindicações populares por melhores condições de vida (SEN, 1993).

Salama e Destremau (2001) afirmam que na teoria de Sen a noção de bem-estar ocupa um lugar central, destacam que na abordagem do autor a utilidade e a posse de mercadorias são rejeitadas como medidas para o bem-estar. Em vez disso, o autor entende que bem-estar é uma questão de estar bem, ou seja, de possuir atributos como ser educado, saudável, bem nutrido e etc. Desse modo, ao procurar mensurar o padrão de vida, deve-se estar atento para a própria vida e não para a posse de mercadorias. Enquanto uma combinação orçamentária representa, no universo das mercadorias, a liberdade para comprar uma cesta de bens, a combinação de capacidades representa, no universo dos funcionamentos, a liberdade de escolher a vida que se quer viver. Sen (1993) enfatiza que apesar de existir uma grande quantidade de trabalhos que exploram o desenvolvimento econômico numa perspectiva de avaliação da qualidade de vida e de necessidades básicas, chamando atenção para aspectos negligenciados do desenvolvimento econômico e social, esses estudos são ignorados pela tradicional economia do bem-estar. Essa teoria preocupa-se com o fato de que as propostas alternativas ficam apenas no campo da intuição, sem possuir estruturas e fundamentos definidos. Além disso, o foco na avaliação utilitarista possui prestígio intelectual na teoria do bem-estar e bloqueiam ideias alternativas mesmo que pareçam sensatas.

Nota-se que a percepção de pobreza elaborada por Amartya Sen trouxe uma profunda evolução para a área. A abordagem das capacitações libertou-se de uma visão unidimensional focada somente na renda ou na utilidade individual e passou a agregar multi fatores, constituindo a conceituação da pobreza multidimensional. Desta maneira, a pobreza multifacetada é entendida como o estado de privação que um indivíduo possui quando não dispõe de acesso tanto à saúde, à educação, ao saneamento básico quanto por não ter seus direitos sociais garantidos ou até ser desprovido de levar uma vida que almeja. Na visão de Wilber (1975), o entendimento da pobreza como falta de renda tornou-se parcial e passou a caracterizar-se como um fenômeno agregador de multifatores com natureza extremamente

complexa. A pobreza atualmente ganhou ampla aceitação como algo que não se refere apenas à obtenção de mercadorias, mas também à falta de oportunidades de exercer a vida que se almeja socialmente. As múltiplas carências vividas pelos indivíduos pobres, dão a eles uma existência curta com muitas complicações e perigos, provocando nessas pessoas sentimentos ruins de impotência, desesperança vulnerabilidade, incapacidade política e entre outros.

Alguns autores, sob a perspectiva da multidimensionalidade, entendem o fenômeno da pobreza com uma “armadilha da privação”. Codes (2008, p.24) destaca que “a pobreza é percebida como um conjunto de problemas mais abrangentes, constituintes de um emaranhado de fatores que se retroalimentam e que, ao entrarem em sinergia, dificultam a superação de situações de pobreza”. Haan (1999) reitera essa concepção afirmando que a mistura de diversas formas de privação demonstra a natureza multidimensional e cumulativa da desigualdade experimentada cotidianamente por indivíduos desfavorecidos. Nas palavras de Menstrum (2002), a pobreza é um “ciclo vicioso” de caráter multidimensional que pode aparecer através de inumeráveis problemas. Sua concepção é de que os agentes podem passar por situações de extrema penúria em que seus graus de privação os impede de sair daquela situação por si sós, sendo a pobreza, portanto, um fenômeno de raiz extremamente complexa.

Percebe-se, portanto, que a abordagem de Amartya Sen concorda com as demais perspectivas da pobreza multifacetada, pois, em sua análise, a pobreza possui aspectos de diversas naturezas que vão desde carências materiais até privações socioeconômicas. Entretanto, apesar de destacar-se por parecer uma abordagem mais realista do fenômeno em questão, o aspecto multidimensional da pobreza em Sen e em outros autores que assim a enxergam traz dificuldades de abordagem devido sua complexidade e abrangência de contextos diversificados de sociedades com valores e condições de vida completamente distintos. Como afirma Menstrum (2002), apesar de mostrar-se uma abordagem pertinente, a pobreza multidimensional é demasiado complexa e cheia de obstáculos como, por exemplo, a dificuldade de avaliação quantitativa por ser complicado agregar as diversas dimensões da pobreza em um só indicador e saber distribuir os pesos adequadamente para cada uma dessas dimensões.

Dessa forma, por mostrar-se mais apropriada à realidade, a perspectiva multidimensional da abordagem das capacitações de Sen tem alcançado distintas áreas do saber. O fenômeno da pobreza, portanto, não parou no tempo, novos campos têm surgido para dar voz a questões diversas atreladas a esse fenômeno, como, por exemplo, o comportamento dos indivíduos e seus obstáculos internos como meio de manutenção na em situações de pobreza.

3. A abordagem da economia comportamental: pobreza como obstáculos internos

Nas últimas décadas o estudo da economia comportamental vem ganhando impulso e conquistando espaço na academia através de suas aplicações empíricas. Sua abordagem, mais empírica e experimental, permite a explicação de fenômenos a partir de comportamentos subjetivos dos indivíduos (MURUMATSU; ÁVILA 2017). Recentemente, Bertrand, Mullainathan e Shafir (2004), Datta e Mullunaithan (2014) e Banerjee e Duflo (2012) buscaram lançar luz no estudo da pobreza e do desenvolvimento a partir de insights dos estudos comportamentais, agregando a essas áreas resultados que melhor explicam o fenômeno da pobreza e do desenvolvimento através do comportamento dos agentes.

A abordagem comportamental sugere, de antemão, que esse programa de pesquisa busca complementar a abordagem das capacitações de Sen (2013), uma vez que procura entender os desafios da pobreza e do desenvolvimento em termos de obstáculos internos aos indivíduos, os quais frequentemente incorrem em atalhos mentais, como as heurísticas, e em erros sistemáticos na tomada de decisão, os vieses cognitivos (MURAMATSU; AVILA, 2017). Dessa forma, o potencial do estudo da economia comportamental permite entender quais as barreiras internas que determinam o comportamento de indivíduos pobres, bem como, possibilita criar melhores mecanismos de ajuda para combater a pobreza a partir de uma análise intrínseca dos agentes econômicos.

Em consonância com essa abordagem, o Banco Mundial (2015) demonstrou a importância do comportamento humano na compreensão do desenvolvimento econômico ao criar o relatório “Mente, Sociedade e Comportamento”, onde observa que o entendimento das influências psicológicas e sociais sobre a tomada de decisão possuem impacto relevante na pobreza e no desenvolvimento. Com efeito, o aporte da economia comportamental, enfatizando a escassez como fator que influencia a capacidade de cognitiva dos indivíduos, ajuda compreender o complexo comportamento decisório de agentes em circunstâncias de vulnerabilidade financeira (MULLAINATHAN; SHAFIR, 2016).

Nesse contexto, a economia comportamental da pobreza concentra-se em estudos os quais sugerem que as pessoas pobres enfrentam diferentes desafios internos de tomada de decisão que, em situações imprevisíveis, acabam impedindo esses indivíduos de escolher melhores opções para si, o que poderia não ocorrer se tais limitações intrínsecas não existissem (BERTRAND; MULLAINATHAN; SHAFIR, 2004). Dessa forma, a recente literatura aborda alguns desses obstáculos que prejudicam o comportamento em

situação de pobreza: i) escassez de autocontrole; ii) escassez de atenção; e iii) escassez de capacidade cognitiva. Ressalta-se que essas três dificuldades não são mutuamente exclusivas, de maneira que podem afetar simultaneamente a tomada de decisão dos pobres (SPEARS, 2011)

3.1 Escassez de autocontrole

O autocontrole ou a força de vontade como capacidade de executar planos previamente estabelecidos, assim como regular os próprios pensamentos e emoções é uma tarefa de difícil esforço (KAHNEMAN, 2016). De acordo com Delaney e Lades (2015), a falha do autocontrole tende a ocorrer quando a tentação domina a capacidade do indivíduo de resistir. Para Datta e Mullunaithan (2014) o autocontrole é um recurso escasso e, portanto, apresenta estoque limitado, de modo que o seu uso em uma tarefa diminui o seu valor disponível para outras atividades. Dessa forma, acredita-se que a pobreza esgota o autocontrole de maneira mais rápida, pois os pobres estão frequentemente sujeitos a mais tentações (BANERJEE; DUFLO, 2012).

A pobreza gera, por sua vez, um foco intenso em escolhas a serem realizadas no presente em detrimento do futuro, de modo que as consequências das escolhas temporais inconsistentes são mais severas para os pobres (MURAMATSU; ÁVILA, 2017). Banerjee e Mullainathan (2010) observam que os indivíduos alocam seus gastos em bens de tentação e naqueles que não são de tentação, demonstrando que o desejo é decrescente, isto é, a fração marginal do dólar gasto em bens de tentação diminui com o consumo em geral. De acordo com os autores isso gera uma situação de armadilha da pobreza, pois leva os indivíduos pobres a escolherem gratificações imediatas, de modo que não buscam realizar investimentos de alto retorno. Isso, no entanto, não pode ser entendido como um exemplo de irracionalidade, pois, embora a baixa renda limitem suas escolhas, existem vários fatores situacionais – como trabalho, ambiente incerto e ineficácia de instituições – que remuneram altamente recompensas imediatas (BANERJEE; DUFLO, 2007).

3.2 Escassez de atenção

A atenção é limitada, de acordo com Shah, Mullainathan e Shafir (2012), por uma situação de escassez. Para os autores, a pobreza ocuparia excessivamente a atenção dos indivíduos, reduzindo o desempenho em decisões importantes e causando excesso de

ansiedade, principalmente, em decisões financeiras. Desse modo, a pobreza “absorve a atenção, desencadeia pensamentos intrusivos e reduz recursos cognitivos” (MANI et al, 2013, p. 980).

Uma consequência dessa teoria pode ser então vista na tomada de empréstimos de curto prazo a juros altos por indivíduos de baixa renda. Shah, Mullainathan e Shafir (2012) observaram que indivíduos pobres consomem mais recursos atencionais em demasia para realização de necessidades básicas, de modo que sobra menos recursos para outros problemas. Para os autores, a escassez cria um foco de atenção sobre as despesas urgentes, cuja concentração seria direcionada nos benefícios de um empréstimo, mas não seria levado em conta o seu real custo. A escassez de atenção, portanto, levaria a uma maior tendência da tomada de empréstimos (SHAH; MULLAINATHAN; SHAFIR, 2012).

3.3 Escassez de controle cognitivo

O controle cognitivo possui papel importante na tomada de decisão. É um recurso que pode ser entendido como o processo que direciona a atenção e inibe comportamentos automáticos na tomada de decisões. A abordagem da economia comportamental, entretanto, apoia-se na ideia de racionalidade limitada proposta por Simon (1955), a qual aponta fragilidades no uso da lógica para chegar a padrões de comportamento maximizadores dos indivíduos na resolução de problemas de alta complexidade. A literatura recente sobre o comportamento econômico, corrobora com o exposto por Simon (1955), mostrando que os recursos cognitivos dos indivíduos demonstram-se sempre limitados (DATTA; MULLAINATHAN, 2014). Ao lidar com pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade econômica, a situação pode ser ainda mais agravante, pois esses indivíduos precisam empregar mais energia mental em atividades que buscam assegurar ao menos as necessidades básicas como alimentação, saúde, moradia e entre outros, quando comparado a indivíduos que possuem um amplo acesso a serviços de qualidade com condições melhores de saúde, infraestrutura, educação e etc. (BANCO MUNDIAL, 2015).

Condições de privações econômicas, desse modo, podem absorver recursos mentais e cobrar um ônus cognitivo, de maneira que interfere no julgamento e na tomada de decisão dos agentes (MULLINATHAN; SHAFIR, 2016. Mani et. al (2013) verificam esse estado a partir de um estudo realizado com agricultores que cultivam cana de açúcar

na Índia. Nesse trabalho, foram aplicados testes imediatamente antes e depois da colheita – momento de arrecadação de receita para esses indivíduos – e os resultados encontrados demonstraram grandes diferenças na tomada de decisão dos agentes. Descobriu-se que antes da safra os agricultores apresentaram pior desempenho nos testes cognitivos e estavam mais suscetíveis tomarem empréstimos e penhorarem seus pertences (MANI et al., 2013).

3.4 Implicações

O potencial da utilização da economia comportamental para promoção de políticas de desenvolvimento tem originado uma literatura crescente na última década. A utilização de insights psicológicos ajuda a conferir um maior realismo para as políticas, permitindo, desse modo, compreender algumas das falhas dos programas de desenvolvimento (JÄNTTI; KANBUR, 2014; SARAIVA, 2013).

Segundo Muramatsu e Ávila (2017), existem ao menos dois fatores que explicam porque a interdisciplinaridade entre a economia comportamental e a economia do desenvolvimento gera ganhos positivos para a sociedade: primeiramente o fator psicológico fraco dos programas, visto que são desenhados para agentes racionais que decidem sempre de modo a maximizar a sua utilidade esperada, não considerando a limitação de recursos cognitivos escassos (SARAIVA, 2013); e outro aspecto é o reconhecimento de experiências de campo, cujos ensaios clínicos randomizados tem apresentado relativo impacto na avaliação de programas, demonstrando grande influência de fatores psicológicos nas tomadas de decisão dos indivíduos (BANERJEE; DUFLO, 2012).

Embora um dos principais problemas dessa nova abordagem consista de questionamentos sobre o uso da metodologia experimental – como validade externa –, o estudo da tomada de decisão dos indivíduos em determinados contextos pode apresentar repercussões consideráveis na formulação de políticas públicas (BANCO MUNDIAL, 2015).

Conforme Datta e Mullanaithan (2014), a economia comportamental pode ajudar a desenhar melhores programas de três formas. Inicialmente, ela modifica a forma de como diagnosticar problemas, buscando sempre considerar outras possibilidades. Segundo, muda a forma de criar soluções, sugerindo que intervenções têm que se adaptar ao contexto inserido. Por fim, modifica a forma como é definido o escopo do problema, suscitando o debate de que a simples implementação do programa pode não solucionar os problemas.

Dessa forma, a economia comportamental pode contribuir profundamente para a área de pobreza e desenvolvimento, buscando não somente alargar as perspectivas de debate sobre os ganhos de uma abordagem mais realista das limitações da racionalidade. O desenho de políticas pode ser beneficiado ao levar em consideração, por exemplo, alguns dos recursos limitados apresentados acima, de maneira que pode auxiliar a criar melhores mecanismos de ajuda aos indivíduos que se encontram em situações de vulnerabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo objetivou apresentar uma interpretação das principais abordagens prevalentes na evolução da conceituação da pobreza, buscando os conceitos e formas de medição desde os primórdios do capitalismo até uma abordagem contemporânea da economia comportamental da pobreza. Diante das visões explicitadas, compreende-se que tal conceito passou por uma evolução gradual no decorrer do tempo, partindo de visões unidimensionais, tendo a renda como único fator quantificável, perpassando pela visão multidimensional agregadora de multifatores explicativos desse fenômeno e chegando até o conceito de pobreza como obstáculos psicológicos internos aos indivíduos. Entretanto, tais conceitos não se sobrepuseram, de forma que vários deles coexistem atualmente e fazem parte dos estudos atuais sobre o tema.

O avanço do pensamento da pobreza gerou esforços para que, atualmente, a maior parte dos estudiosos sobre tal fenômeno já o enxerguem como algo complexo e multidimensional agregador de vários fatores socioeconômicos. Na análise de Sen (1993), os baixos níveis de renda ainda configuram-se como um grande componente da pobreza, especialmente em países subdesenvolvidos, onde rendas baixas dão maior abertura a problemas severos como desnutrição, doenças negligenciadas, analfabetismo, discriminação salarial de sexo e raça e etc., construindo barreiras sociais que são verdadeiras armadilhas na medida em que impossibilitam a saída dos indivíduos pobres dessas condições de vulnerabilidade e impede-os de auferir maiores níveis de renda, inserindo-os em um círculo vicioso.

Ao ser enxergada como um fenômeno multifacetado, a pobreza passa a incorporar aspectos mais amplos e subjetivos. Gradualmente, os estudos mostram que as privações dos agentes vão além de fatores socioeconômicos. Um olhar mais apurado do indivíduo pobre mostra que ele anseia por sentimentos como dignidade, autoconfiança, esperança e até mesmo por voz política e outras sensações de pertencimento e participação em sociedade. A percepção subjetiva da pobreza levou os estudiosos do campo da economia comportamental a estudar tal

fenômeno. Eles buscam entender, primordialmente, se a pobreza é capaz de afetar as tomadas de decisão econômica das pessoas através de influências em seu estado afetivo. Tal abordagem configura-se, portanto, como uma extensão da análise da pobreza de Amartya Sen, na medida em que enxerga os obstáculos internos à mente dos indivíduos como uma restrição às suas capacidades e, portanto, afetam a liberdade dos agentes de levarem a vida que desejam em sociedade (MURAMATSU; ÁVILA, 2017).

Haushofer e Fehr (2014) ressaltam que estudos empíricos no campo do comportamento econômico realizado com pessoas em situações de pobreza indicam que viver nessas condições gera afeto negativo e estresse, efeitos que podem influenciar a tomada de decisão dos indivíduos. Os agentes que vivem em condição de pobreza tendem a ter baixa disposição para correr riscos e para realizar investimentos de longo prazo em áreas como educação e saúde, reduzindo as chances futuras de conquistar maiores níveis de renda. A pobreza, portanto, demonstra favorecer comportamentos que obstaculizam livrar-se dela. Os ambientes de privação em que os indivíduos vivem, são capazes de criar mecanismos que reforçam a situação de miséria na qual estão inseridos.

Apesar das duras críticas ainda existentes ao método empírico e experimental, o avanço do estudo da pobreza pelo campo da economia comportamental possibilitou um novo olhar para esse fenômeno, capaz de encontrar resoluções mais concretas para tal problema através da observação do comportamento dos indivíduos. Essa abordagem abre portas para a identificação de problemas e estruturação de políticas públicas através de perspectivas não negligenciáveis. O abordagem comportamental dentro do campo da pobreza, sugere amplos estudos futuros que parecem ser promissores para um entendimento mais rico desse fenômeno, das suas formas de medição e, principalmente, de meios para sair das situações de vulnerabilidade e miséria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2015**: Mente, sociedade e comportamento. Washington, DC: Banco Mundial, 2015. Disponível em: <<http://documents.banquemondiale.org/curated/en/367881468328822092/Vis%C3%A3o-Geral-Mente-Sociedade-e-Comportamento>>. Acesso: 10/08/2017

BANERJEE, Abhijit V.; DUFLO, Esther. The economic lives of the poor. **The journal of economic perspectives**, v. 21, n. 1, p. 141-167, 2007.

BANERJEE, Abhijit; DUFLO, Esther. **A economia dos pobres**: repensar de modo radical a luta contra a pobreza global. Lisboa: Temas e Debates–Círculos Leitores, 2012.

BANERJEE, Abhijit; MULLAINATHAN, Sendhil. **The shape of temptation: Implications for the economic lives of the poor**. National Bureau of Economic Research, 2010.

BERTRAND, Marianne; MULLAINATHAN, Sendhil; SHAFIR, Eldar. A behavioral-economics view of poverty. **The American Economic Review**, v. 94, n. 2, p. 419-423, 2004.

CODES, A. L. M. **A Trajetória do Pensamento Científico Sobre Pobreza: Em direção a uma visão complexa**. Brasília: IPEA, 2008. (Textos para discussão nº 1332).

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. **A Pobreza como um Fenômeno Multidimensional**. RAE – Eletrônica, v. 1, n.2, p. 1-12, 2002.

DATTA, Saugato; MULLAINATHAN, Sendhil. Behavioral design: a new approach to development policy. **Review of Income and Wealth**, v. 60, n. 1, p. 7-35, 2014.

DELANEY, L., LADES, L. **Present Bias and Everyday Self Control Failures**, 2015. University of Stirling. Disponível em: <<http://www.stir.ac.uk/management/research/economics/workingpapers/>>. Acesso em: 15/08/2017.

HAAN, A. de. **Exclusión Social em la Política y la Investigación: Operacionalización del Concepto**. In: Pobreza y Desigualdad: Reflexiones Conceptuales y de Medición. Santafé de Bogotá: Cinep, p. 19-38, 1999.

HAUSHOFER, Johannes; FEHR, Ernst. Sobre a psicologia da pobreza. In: ÁVILA, Flávia; BIANCHI, Ana Maria (Orgs). **Guia de economia comportamental e experimental**. São Paulo: EconomiaComportamental.org, 2015.

JÄNTTI, Markus et al. Poverty and welfare measurement on the basis of prospect theory. **Review of Income and Wealth**, v. 60, n. 1, p. 182-205, 2014.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar: duas formas de pensar**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

MANI, A. et al. Poverty impedes cognitive function. **Science**, v. 341, n. 6149, p. 976-980, 2013

MARTINI, Ricardo Agostini et al. Um ensaio sobre os aspectos teóricos e metodológicos da economia da pobreza. **Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar**, 2009.

MESTRUM, F. **Mondialisation et Pauvreté: De l'Utilité de la Pauvreté Dans le Nouvel Ordre Mondial**. Paris: L'Harmattan, 2002.

MULLUNATHAN, Sendhil; SHAFIR, Eldar. **Escassez: uma nova forma de pensar a falta de recursos na vida das pessoas e nas organizações**. 1 ed. Rio de Janeiro: Best Business, 2016.

MURAMATSU, ROBERTA; AVILA, FLAVIA. The behavioral turn in development economics: a tentative account through the lens of economic methodology. **Revista de Economia Política**, v. 37, n. 2, p. 363-380, 2017.

ROMÃO, Maurício E.C. Considerações sobre o conceito de pobreza. **Revista Brasileira de Economia**, v. 36, n. 4, p. 355-370, out./dez. 1982.

SALAMA, P.; DESTREMAU, B. **O tamanho da pobreza**: economia política da distribuição de renda. Petrópolis: Ed. Garamond, 2001.

SARAIVA, R. Economia comportamental do desenvolvimento. **Boletim de Ciências Econômicas**, v. 62. n. 3, 2014.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora Schwarcz S.A, São Paulo, 2013.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Editora Record, Rio de Janeiro, 2001.

SEN, Amartya. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova: revista de cultura e política**, n. 28-29, p. 313-334, 1993.

SHAH, Anuj K.; MULLAINATHAN, Sendhil; SHAFIR, Eldar. Some consequences of having too little. **Science**, v. 338, n. 6107, p. 682-685, 2012.

SIMON, H. A. A Behavioral Model of Rational Choice. **Quarterly Journal of Economics**, v. 69, n. 1, p. 99-118, 1955.

SPEARS, Dean. Economic decision-making in poverty depletes behavioral control. **The BE Journal of Economic Analysis & Policy**, v. 11, n. 1, 2011.

WILBER, G. **Poverty: A New Perspective**. Lexington: The University Press of Kentucky, 1975.